



Prefeitura da Estância Turística do Município de Ibiúna

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA

**Excelentíssimo Senhor
ABEL RODRIGUES DE CAMARGO
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna.**

- Leia-se em Sessão.
- Cópias aos Edis.
- As comissões.

Ibiúna, 13 / 12 / 2018
Blomberg
Presidente

Respeitosamente, cumprimentamos Vossa Excelência e os Eminentes Vereadores desta Veneranda Casa Legislativa, ensejo em que nos permitimos, com a especial vênha, usando das prerrogativas concedidas pelo Art. 40, II da Lei Orgânica deste Município, encaminhar esta Respeitável Câmara Municipal, para a devida apreciação, anexa Proposta de Emenda à Lei Orgânica, que insere o artigo 77-A na Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Ibiúna.

A Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Ibiúna possui Capítulo dedicado exclusivamente aos servidores públicos municipal.

Ocorre que a referida norma é omissa quanto à situação funcional na hipótese de eleição de servidor público municipal para o cargo de dirigente sindical.

Assim, não há regulamento Municipal que preveja os efeitos do licenciamento do respectivo servidor para exercer seu mandato no período correspondente.

Em sendo o regime celetista adotado pela Municipalidade aos servidores, até hoje era utilizado o funcionamento determinado pelo art. 543, § 2º da CLT.

Ocorre, que da mesma forma ou a aplicação deste artigo não supria a falta de previsão da legislação Municipal.

O assunto gerou a AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 2196694-15. 2017.8.26.0000, julgada procedente pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que determinou em respectivo acordam às providências tanto do Poder Executivo como do Legislativo de Ibiúna para o Saneamento de respectiva omissão.

Desta feita, faz-se necessária a alteração da L.O.M. para que a matéria reste devidamente regulamentada em âmbito Municipal.

Contando com o préstimo apoio dos Nobres Edis, retiramos nossos votos de estima e apreço, permanecendo à disposição para maiores elucidações.

Ibiúna, 07 de novembro de 2018.

João Benedito de Mello Neto
JOÃO BENEDICTO DE MELLO NETO
Prefeito Municipal

Câmara Municipal da Estância
Turística de Ibiúna
Recebido em, 12 / 12 / 2018
14:00 M.
Sec. do Proc. Legislativo



Prefeitura da Estância Turística do Município de Ibiúna

Estado de São Paulo

PROPOSTA

EMENDA A LEI ORGÂNICA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Nº. 01/2018

APROVADO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE IBIÚNA

EM 19 DE MARÇO DE 2018

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
SECRETÁRIO

Inserir o artigo 77 da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Ibiúna”.

Art. 77 - Fica inserido o art. 77-A na Lei Orgânica do Município, com a seguinte redação:

“Art. 77-A - Fica assegurado aos servidores públicos do município da Estância Turística de Ibiúna, o afastamento de suas funções, sem prejuízo do cargo ou da remuneração, quando investido em mandato de dirigente sindical, nos termos da Legislação Federal pertinente.”

§ 1º - Caberá à entidade sindical a formalização dos pedidos de afastamento de que trata o caput deste artigo junto à Secretaria Municipal de Administração a quem compete decidir quanto a oportunidade e a quantidade de afastamentos a serem deferidos para o período, fundamentando, dentre outros, no princípio do interesse público.

§ 2º - São requisitos para o gozo do direito previsto no caput deste artigo:

I - No que tange a entidade sindical, estar regularmente constituída e possuir registros devidamente arquivados junto aos órgãos competentes, incluindo a Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;

II - No que tange ao servidor público, ter sido eleito e empossado no cargo de direção da entidade sindical, exercendo as funções e respondendo pelas atribuições que lhe são inerentes.

§ 3º - O período de afastamento corresponderá ao do mandato, podendo ser prorrogado no caso de reeleição.

§ 4º - Será causa de cessação automática do afastamento, a perda ou interrupção do exercício do mandato, devendo a entidade comunicar o fato à Secretaria Municipal de Administração no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 5º - Durante o período de afastamento concedido ao servidor público:

I - Perceberá o vencimento ou salário e demais vantagens do cargo ou função, excetuando-se os adicionais caracterizados nitidamente como compensatórios em razão das condições mais gravosas das condições de trabalho e as gratificações;



Prefeitura da Estância Turística do Município de Ibiúna

Estado de São Paulo

II - Não poderá ser despedido, exonerado ou dispensado, salvo a pedido por infração disciplinar que de ensejo a caracterização de justa causa, observando o quanto disposto no inciso VII do art. 8º da Constituição Federal.

§ 6º - O período de afastamento será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

§ 7º - A Secretaria Municipal de Administração manterá o registro cadastral dos afastamentos concedidos na forma desta lei, com referência a entidade e a cada servidor público.

Art. 2º - Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Ibiúna, 07 de novembro de 2018.

JOÃO BENEDICTO DE MELLO NETO
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241-1266
www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

CERTIDÃO:

Certifico que a Proposta de Emenda a Lei Orgânica do Município de Ibiúna nº. 01/2018 de autoria do Chefe do Executivo deu entrada na Secretaria Administrativa da Câmara no dia 12 de dezembro de 2018, e atendendo despacho do Sr. Presidente foi lida no expediente da Sessão Ordinária do dia 12 de fevereiro de 2019. Certifico mais, conforme despacho do Sr. Presidente foram extraídas e entregue fotocópias aos Srs. Vereadores(as), e à disposição das Comissões para examarem parecer. Ibiúna, 13 de fevereiro de 2019.

AMAURO GABRIEL VIEIRA
SECRETÁRIO DO PROCESSO LEGISLATIVO



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

**PARECER CONJUNTO À PROPOSTA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO
DE IBIÚNA Nº. 01/2018**

AUTORIA – CHEFE DO EXECUTIVO.

RELATOR: VEREADOR DEVANIR CANDIDO DE ANDRADE

**COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS E ORÇAMENTO; E OBRAS,
SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS.**

O Chefe do Executivo apresentou para apreciação desta Casa de Leis no dia 12 de dezembro de 2018 a Proposta Emenda à Lei Orgânica do Município de Ibiúna nº. 01/2018 que “Insere o artigo 77 a Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Ibiúna”.

A Comissão de Justiça e Redação em análise a proposta original, quanto a sua competência, sob a legalidade e constitucionalidade, emite parecer favorável pela tramitação regimental, pois a proposição tem o objetivo de incluir o artigo 77-A na Lei Orgânica do Município de Ibiúna e regulamentar a situação funcional dos servidores públicos municipais na hipótese da eleição do servidor público para o cargo de dirigente sindical, com a previsão dos direitos a vencimento ou salário, e a contagem de efetivo exercício no período em que estiver afastado de suas funções, quando investido em mandato de dirigente sindical, nada impedindo a deliberação pelo Douto Plenário. A inclusão também atende Acórdão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 2196694-15.2017.8.26.0000 julgada procedente pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para sanar a omissão existente.

Sob o aspecto financeiro e orçamentário, a Comissão competente em estudo, também exara parecer pela tramitação regimental, pois as despesas decorrentes da execução da lei correrão por conta de dotação orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

A Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, quanto a sua competência, exara parecer pela tramitação normal da proposição original, pois a inclusão do artigo na Lei Orgânica pretende deixar mais claro a norma no Capítulo dedicado aos Servidores Públicos Municipais quanto ao afastamento dos mesmos para exercer o cargo de dirigente sindical, regularizando a omissão existente.

Ao Plenário que é soberano em suas decisões.

É o parecer.

**SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO, EM 26 DE
FEVEREIRO DE 2019.**

DEVANIR CANDIDO DE ANDRADE

RELATOR – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Gerson P. da Silva
GERSON PEDROSO DA SILVA
VICE-PRESIDENTE

Claudinei Gabriel Machado
CLAUDINEI GABRIEL MACHADO
MEMBRO

Abel Rodrigues de Camargo
ABEL RODRIGUES DE CAMARGO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

07

Parecer Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município de Ibiúna nº. 01/2018 – fls. 02

CHARLES GUIMARÃES
VICE - PRESIDENTE

DEVANIR CANDIDO DE ANDRADE
MEMBRO

PEDRO LUIZ FERREIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E
ATIVIDADES PRIVADAS

JAIR MARMELO CARDOSO DE OLIVEIRA
VICE - PRESIDENTE

PAULO CÉSAR DIAS DE MORAES
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241 - 1266
www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

CERTIDÃO:

Certifico que a Proposta Emenda à Lei Orgânica do Município de Ibiúna nº. 01/2018 recebeu o parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Finanças e Orçamento; e Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas no expediente da Sessão Ordinária do dia 26 de fevereiro de 2019.

Certifico mais, a Proposta Emenda à Lei Orgânica do Município de Ibiúna nº. 01/2018 foi inscrita para primeira discussão e votação na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 07 de março de 2019, conforme anunciado no final da Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 26 de fevereiro de 2019.
Ibiúna, 27 de fevereiro de 2019.

AMARI GABRIEL VIEIRA
SECRETÁRIO DO PROCESSO LEGISLATIVO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2196694-15.2017.8.26.0000
 Requerente: Siproem - Sindicato dos Professores das Escolas Públicas Municipais de Sorocaba e Região
 Requeridos: Presidente da Câmara Municipal de Ibiúna e Prefeito do Município de Ibiúna
 TJSP – (Voto nº 29.472)

109

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Omissão legislativa – Preliminar – Alegação de incompetência – Não ocorrência – Ausência de regulamentação do afastamento de servidor público municipal para o exercício de representação sindical – Princípio da livre associação sindical (artigo 125, §1º, da Constituição do Estado de São Paulo) – Omissão verificada – Possibilidade de fixação de prazo aos Poderes Legislativo e Executivo para adoção de providências em ação direta de inconstitucionalidade por omissão – Precedentes do Colendo Órgão Especial - Concessão de prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir deste julgamento para a edição da norma.

Pedido procedente, com determinação.

1. Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade por omissão proposta pelo Siproem – Sindicato dos Professores das Escolas Públicas Municipais de Sorocaba e Região em face do Prefeito do Município de Ibiúna e do Presidente da Câmara Municipal de Ibiúna. Aduz que tanto a Lei Orgânica do Município de Ibiúna quanto o Estatuto dos Servidores Públicos são omissos sobre o afastamento [remunerado] de seus servidores para exercerem mandato sindical, nos termos do artigo 125, §1º, da Constituição do Estado de São Paulo. Acrescenta que a omissão normativa municipal de iniciativa do Chefe do Executivo reclama intervenção excepcional do Judiciário. Pretende, assim, com o acolhimento do pedido, a

Direta de Inconstitucionalidade nº 2196694-15.2017.8.26.0000 - São Paulo - VOTO Nº 29.472 - Av. 109



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

fixação de prazo não superior a 90 (noventa) dias para que a lacuna legislativa seja eliminada.

A Procuradoria Geral do Estado, citada, mostrou desinteresse em se manifestar nos autos (fl. 263/264).

O Presidente da Câmara Municipal de Ibiúna apresentou informações a fl. 267/270.

O Prefeito do Município de Ibiúna prestou informações, aduzindo, em preliminar, o reconhecimento da incompetência da Justiça Estadual e, no mérito, sustenta que a matéria deve ser tratada à luz da Consolidação das Leis do Trabalho, uma vez que o Município adota o regime jurídico celetista aos servidores públicos municipais (fl. 273/290).

A douta Procuradoria-Geral de Justiça, em seu parecer de fl. 314/321, opinou pela improcedência do pedido.

É o relatório.

2. Afasta-se a preliminar de incompetência da Justiça Estadual.

A discussão dos autos diz respeito à eventual omissão legislativa do Município em relação à Constituição Bandeirante, não havendo qualquer relação de trabalho a ser analisada no caso. Assim, a competência do Tribunal de Justiça encontra-se assegurada pela Constituição do Estado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

(Cf. artigo 74, inciso VI), em consonância com o artigo 102, I, 'a', da Constituição Federal.

No mérito.

Em respeito ao princípio da tripartição dos Poderes, previsto no artigo 2º, da Constituição Federal, não é permitido ao Judiciário legislar (salvo nas hipóteses constitucionalmente previstas, como a elaboração de seu Regimento Interno). Todavia, a decisão proferida em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), tem caráter mandamental, constituindo em mora o poder competente que deveria elaborar a lei e não o fez (Cf. Pedro Lenza, *in* “Direito Constitucional Esquematizado”, 2012).

Com efeito, a eficácia normativa da Constituição impõe aos Poderes do Estado atuação voltada à sua concretização. É assente que a omissão sanável por via da ação direta de inconstitucionalidade por omissão, malgrado a aparente abertura do texto do artigo 103, §2º, da Constituição Federal, é exclusivamente aquela relativa à edição de atos normativos, quer pelo Poder Legislativo, cuja missão constitucional é precipuamente essa, quer pelo Poder Executivo, no âmbito de seu poder regulamentar.

Na hipótese vertente, o Município de Ibiúna, não se desincumbiu da edição de norma sobre o direito de afastamento remunerado dos servidores públicos que exercem cargos e funções de direção em entidades sindicais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

O direito ao afastamento remunerado do servidor público para assumir cargo em sindicato previsto pela Constituição Bandeirante (artigo 25, §1º) decorre do princípio da livre associação sindical, nos termos do artigo 8º, inciso VIII, da Constituição Federal.

Nesse passo, em reforço à liberdade de associação sindical garantida constitucionalmente, o artigo 125, §1º, da Constituição do Estado de São Paulo estabelece:

“Artigo 125 - O exercício do mandato eletivo por servidor público far-se-á com observância do artigo 38 da Constituição Federal.

§1º - Fica assegurado ao servidor público, eleito para ocupar cargo em sindicato de categoria, o direito de afastar-se de suas funções, durante o tempo em que durar o mandato, recebendo seus vencimentos e vantagens, nos termos da lei.”

De outro lado, referido direito previsto na Constituição do Estado é de observância obrigatória na estrutura legislativa municipal por imposição do artigo 144 da mesma Carta, que confere aos Municípios autonomia organizacional, determinando, simultaneamente, sua submissão aos princípios estabelecidos pela Carta Magna e pela própria Constituição Estadual.

A matéria é conhecida deste Colendo Órgão Especial, que tem, reiteradamente, reconhecido a inconstitucionalidade, por omissão, das legislações municipais que não preveem o afastamento remunerado:

Direta de Inconstitucionalidade nº 2196694-15.2017.8.26.0000 - São Paulo - VOTO Nº 29.472 - Av άφη



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

13

“EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO AUSÊNCIA DE PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, DE AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA EM SINDICATO (ART. 125, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL) OMISSÃO RECONHECIDA - DETERMINADO O SANEAMENTO DA OMISSÃO NO PRAZO DE 180 DIAS. AÇÃO PROCEDENTE.”
 (ADI nº 2160412-80.2014.8.26.0000, Rel. Des. Neves Amorim, j. 25/02/2015).

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO - LEI Nº 061, DE 09 DE SETEMBRO DE 1993, QUE DISCIPLINA O REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE CAJATI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS - AFASTAMENTO REMUNERADO DE SERVIDORES PARA EXERCÍCIO DE MANDATO CLASSISTA - PREVISÃO DO ARTIGO 125, §1º, DA CONSTITUIÇÃO BANDEIRANTE - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL IMPUGNADA QUE NÃO VERSA SOBRE A QUESTÃO - OMISSÃO CONSTITUCIONAL CONSTATADA - DIREITO À LIBERDADE SINDICAL QUE DEVE SER PLENAMENTE ASSEGURADO - NORMA, ALIÁS,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

14

DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA NO ÂMBITO MUNICIPAL POR FORÇA DO ARTIGO 144 DA CARTA PAULISTA - IRRELEVÂNCIA NA ADOÇÃO DO REGIME CELETISTA, ADEMAIS - PEDIDO INICIAL JULGADO PROCEDENTE.”

(ADI nº 2156457-41.2014.8.26.0000, Rel. Des. Francisco Casconi, j. 25/02/2015).

“Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – Lei Complementar nº 02 de 22/09/1997 que trata do Estatuto dos Servidores Públicos Civis da Prefeitura, Câmara, Autarquias e outros do Município de Paraguaçu Paulista – Ausência de previsão do afastamento remunerado de servidor público para desempenho de mandato sindical – Direito consectário da liberdade sindical constitucionalmente garantida (art. 125, §1º da Constituição Estadual) – Omissão verificada – Necessidade de regulamentação – Prazo de 180 dias – Ação procedente.” (ADI nº 2217944-12.2014.8.26.0000, Rel. Des. João Negrini Filho, j. 13/05/2015).

“DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (POR OMISSÃO). Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, que não teria versado sobre o direito ao afastamento remunerado de servidores eleitos para o exercício de representação sindical. Afastamento da preliminar suscitada (atinente à ilegitimidade “ad causam” passiva do Prefeito Municipal), ante a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

especial natureza objetiva da ação direta de inconstitucionalidade. No mérito, tem-se que a Lei Orgânica Municipal efetivamente não tratou do tema invocado. Prerrogativa decorrente do princípio da livre associação sindical, previsto pela Carta Bandeirante (art. 125, § 1º). Norma de reprodução necessária na esfera legislativa municipal, por força do art. 144 da Constituição Paulista, não suprimindo tal vazio a adoção, pela Edilidade, do regime jurídico único celetista (que prescreve tratamento jurídico para o afastamento remunerado do servido público eleito para desempenhar a representação sindical classista). Lacuna verificada, com definição do prazo de 180 dias para que os Poderes Legislativo e Executivo Locais procedam à produção da norma necessária. Precedentes deste Colegiado. **AÇÃO PROCEDENTE.** (ADI nº 2073825-50.2017.8.26.0000, Rel. Des. Beretta da Silveira, j. 16/08/2017).

Noutro bordo, irrelevante a adoção do regime jurídico a que estão submetidos os servidores públicos, *in casu*, o celetista (Cf. fl. 299), na medida em que o dispositivo constitucional garante o direito ao afastamento remunerado sem estabelecer qualquer diferenciação.

De fato, “**não há discriminação no tocante ao regime jurídico ao qual esteja submetido o servidor, gênero do qual são espécies o funcionário público e o empregado público. Destarte, não é possível,**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

segundo regra básica de hermenêutica jurídica, distinguir o que a lei não distinguiu. Ou seja, *ubi lex non distinguit nec nos distinguere debemus.*”
(ADI nº 0183316-02.2012.8.26.0000, Rel. Des. Walter Guilherme, j. 30/01/13).

Handwritten signature and date 16/16

Nessa senda, entende-se razoável a fixação de prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir deste julgamento para que os Poderes Executivo e Legislativo do Município de Ibiúna adotem as providências necessárias para sanar a omissão legislativa.

2. À vista do exposto, pelo meu voto, julgo procedente o pedido, com determinação.

Ricardo Anafe
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2018.0000307920

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Direta de Inconstitucionalidade nº 2196694-15.2017.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor SIPROEM SINDICATO DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS SOROCABA PORTO FELIZ TIETÊ SÃO ROQUE IBIÚNA SALTO, são réus PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA e PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA.

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "AFASTARAM A PRELIMINAR E JULGARAM A AÇÃO PROCEDENTE, COM DETERMINAÇÃO. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PEREIRA CALÇAS (Presidente), ALVARO PASSOS, BERETTA DA SILVEIRA, ANTONIO CELSO AGUILAR CORTEZ, ALEX ZILENOVSKI, GERALDO WOHLERS, ARTUR MARQUES, PINHEIRO FRANCO, XAVIER DE AQUINO, ANTONIO CARLOS MALHEIROS, MOACIR PERES, FERREIRA RODRIGUES, PÉRICLES PIZA, EVARISTO DOS SANTOS, MÁRCIO BARTOLI, JOÃO CARLOS SALETTI, FRANCISCO CASCONI, RENATO SARTORELLI, CARLOS BUENO, FERRAZ DE ARRUDA, BORELLI THOMAZ, JOÃO NEGRINI FILHO, SÉRGIO RUI E SALLES ROSSI.

São Paulo, 25 de abril de 2018

RICARDO ANAFE

RELATOR

Assinatura Eletrônica



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241 - 1266
www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

[Handwritten signature]

CERTIDÃO:

Certifico que a Proposta Emenda à Lei Orgânica do Município de Ibiúna nº. 01/2018 foi colocada em primeira discussão e votação nominal na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 07 de março de 2019 por meio do sistema eletrônico de votação, sendo aprovada por oito favoráveis, cinco contrários dos Vereadores Antonio Reginaldo Firmino, Armelino Moreira Junior, Charles Guimarães, Elisangela Ferreira de Souza Soares e Rozi Aparecida Domingues Soares Machado, e duas ausências dos Vereadores Jair Marmelo Cardoso de Oliveira e Pedro Luiz Ferreira.

Certifico finalmente, devido a aprovação em primeira votação a Proposta Emenda à Lei Orgânica do Município de Ibiúna nº. 01/2018 aguardará o prazo regimental de dez dias previsto pelo parágrafo 1º. do artigo 40 da Lei Orgânica do Município de Ibiúna para deliberação em segunda discussão e votação. Ibiúna, 08 de março de 2019.

[Handwritten signature]
AMAUARI GABRIEL VIEIRA
SECRETÁRIO DO PROCESSO LEGISLATIVO



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15)
3241-1266

www.camaraibiuna.sp.gov.br e-mail: camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br

EMENDA Nº. 25 À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA DE 20 DE MARÇO DE 2019.

Inserir o artigo 77-A a Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Ibiúna.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, nos termos do inciso IV do artigo 27 da Lei Orgânica Municipal, promulga esta emenda ao seu texto:

Art. 1º. - Fica inserido o art. 77-A na Lei Orgânica do Município com a seguinte redação:

“Art. 77-A - Fica assegurado aos servidores públicos do município da Estância Turística de Ibiúna, o afastamento de suas funções, sem prejuízo do cargo ou da remuneração, quando investido em mandato de dirigente sindical, nos termos da Legislação Federal pertinente.

§ 1º – Caberá à entidade sindical a formalização dos pedidos de afastamento de que trata o caput deste artigo junto à Secretaria Municipal de Administração a quem compete decidir quanto a oportunidade e a quantidade de afastamentos a serem deferidos para o período, fundamentando, dentre outros, no princípio do interesse público.

§ 2º – São requisitos para o gozo do direito previsto no caput deste artigo:-

I – No que tange a entidade sindical, estar regularmente constituída e possuir registros devidamente arquivados junto aos órgãos competentes, incluindo a Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;

II – No que tange ao servidor público, ter sido eleito e empossado no cargo de direção da entidade sindical, exercendo as funções e respondendo pelas atribuições que lhe são inerentes.

§ 3º – O período de afastamento corresponderá ao do mandato, podendo ser prorrogado no caso de reeleição.

§ 4º – Será causa de cessação automática do afastamento, a perda ou interrupção do exercício do mandato, devendo a entidade comunicar o fato à Secretaria Municipal de Administração no prazo de 5 (cinco) dias.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15)
3241-1266

www.camaraibiuna.sp.gov.br e-mail: camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br

Emenda nº. 25 a LOM – fls. 02

§ 5º – Durante o período de afastamento concedido ao servidor público:

I - Perceberá o vencimento ou salário e demais vantagens do cargo ou função, excetuando-se os adicionais caracterizados nitidamente como compensatórios em razão das condições mais gravosas de trabalho e as gratificações:

II – Não poderá ser despedido, exonerado ou dispensado, salvo a pedido por infração disciplinar que de ensejo a caracterização de justa causa, observando o quanto disposto no inciso VII do art. 8º. da Constituição Federal.

§ 6º - O período de afastamento será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

§ 7º - A Secretaria Municipal de Administração manterá o registro cadastral dos afastamentos concedidos na forma desta lei, com referência a entidade e a cada servidor público."

Art. 2º - Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, 20 DE MARÇO
DE 2019.**

**RODRIGO DE LIMA
PRESIDENTE**

ISMAEL MARTINS PEREIRA

1º. SECRETÁRIO

JAIR MARMELO CARDOSO DE OLIVEIRA

2º. SECRETÁRIO

Publicada na Secretaria Administrativa da Câmara e afixado no local de costume na data supra.

**Marcos Pires de Camargo
Secretário Administrativo**



GABINETE

Ofício GPC nº. 52/2019

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

"Vereador Rubens Xavier de Lima"
Estado de São Paulo

Ibiúna, 20 de março de 2019

SENHOR PREFEITO:

Através do presente, encaminho a Vossa Excelência a **EMENDA Nº. 25 À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA**, que "Insere o artigo 77-A na Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Ibiúna, aprovada na Sessão Ordinária realizada no dia 19 p. passado.

Sem mais, valho-me do ensejo para apresentar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RODRIGO DE LIMA
PRESIDENTE

CÓPIA

AO EXMO. SR.

DR. JOÃO BENEDICTO DE MELLO NETO

DD. PREFEITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA.

N E S T A.

Recb 27/03/19
mice



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241 - 1266
www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

CERTIDÃO:

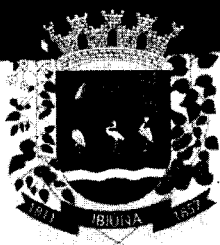
Certifico que a Proposta Emenda à Lei Orgânica do Município de Ibiúna nº. 01/2018 foi colocada em segunda discussão e votação nominal na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 19 de março de 2019 por meio do sistema eletrônico de votação, sendo aprovada por onze votos favoráveis, quatro contrários dos Vereadores Antonio Reginaldo Firmino, Charles Guimarães, Elisangela Ferreira de Souza Soares e Rozi Aparecida Domingues Soares Machado.

Certifico mais, em virtude da aprovação foi promulgada pela Mesa da Câmara a Emenda nº. 25 à Lei Orgânica do Município de Ibiúna, de 20 de março de 2019.

Certifico que em virtude da aprovação da Proposta Emenda à Lei Orgânica do Município de Ibiúna nº. 01/2018 foi encaminhado o Ofício GPC nº. 52/2019 de 20 de março de 2019 ao Chefe do Executivo para ciência.

Ibiúna, 27 de março de 2019.

AMAUURI GABRIEL VIEIRA
SECRETÁRIO DO PROCESSO LEGISLATIVO



Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

DIÁRIO OFICIAL

Ano XVII - Nº 702 | Ibiúna, 29 de março de 2019

ELETRÔNICO

Habitação: Chefe do Executivo e secretário estadual entregam 188 casas para famílias de Ibiúna Pág.42



Desfile Cívico do 162º aniversário de Ibiúna reúne milhares de pessoas Pág.44



Conferência Municipal do Idoso debate os desafios de envelhecer no século XXI Pág.43



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE IBIÚNA**

"Vereador Rubens Xavier de Lima"
Estado de São Paulo

RESOLUÇÃO No. 18/2019 DE 20 DE MARÇO DE 2019.

"Prorroga o prazo de funcionamento da Comissão Especial de Vereadores constituída através da Resolução no. 15 de 12 de setembro de 2018."

RODRIGO DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:-

Art. 1º. - Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias o prazo de funcionamento da Comissão Especial de Vereadores constituída pela Resolução no. 15 de 12 de setembro de 2018 para a elaboração de estudos relativos à atual situação dos serviços públicos de saúde prestados no âmbito do município.

Art. 2º. - As despesas decorrentes da execução da presente Resolução correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE IBIÚNA, 20 DE MARÇO DE 2019.

RODRIGO DE LIMA
PRESIDENTE

Publicada na Secretaria Administrativa da Câmara e afixada no local de costume na data supra.

Marcos Pires de Camargo
Secretário Administrativo

ATO N.º 98/ 2018 De 25 de março de 2019.

signa servidor para a função de Ouvidor da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 76, inciso II, alínea "a", nº 1 do Regimento Interno, e nos termos da Lei Nº 2210, de 13 de março de 2019:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, pelo período de um ano, a partir de 25 de março de 2019, o servidor da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna Sr. Ricardo Oliveira Leite, RG no. 48.934.907-9 SSP/SP, e CPF no. 414.722.358-35, para exercer a função gratificada de Ouvidor com as atribuições básicas constantes do artigo 2º da Lei n.º 2210 de 13 de março de 2019.

Art. 2º - O servidor nomeado perceberá a gratificação mensal por função de 30% (trinta por cento) da remuneração de seu cargo efetivo nos termos do artigo 5º da Lei n.º 2210 de 13 de março de 2019.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, 25 DE MARÇO DE 2019.

RODRIGO DE LIMA
PRESIDENTE

Publique-se:-

RODRIGO DE LIMA
PRESIDENTE

Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara e afixado no local de costume na data supra.

Marcos Pires de Camargo
Secretário Administrativo

EMENDA No. 25 À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA
DE 20 DE MARÇO DE 2019.

Insere o artigo 77-A a Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Ibiúna.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, nos termos do inciso IV do artigo 27 da Lei Orgânica Municipal, promulga esta emenda ao seu texto:

Art. 1º. - Fica inserido o art. 77-A na Lei Orgânica do Município com a seguinte redação:

"Art. 77-A - Fica assegurado aos servidores públicos do município da Estância Turística de Ibiúna, o afastamento de suas funções, sem prejuízo do cargo ou da remuneração, quando investido em mandato de dirigente sindical, nos termos da Legislação Federal pertinente.

§ 1º - Caberá à entidade sindical a formalização dos pedidos de afastamento de que trata o caput deste artigo junto à Secretaria Municipal de Administração a quem compete decidir quanto a oportunidade e a quantidade de afastamentos a serem deferidos para o período, fundamentando, dentre outros, no princípio do interesse público.

§ 2º - São requisitos para o gozo do direito previsto no caput deste artigo:-

I - No que tange a entidade sindical, estar regularmente constituída e possuir registros devidamente arquivados junto aos órgãos competentes, incluindo a Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;

II - No que tange ao servidor público, ter sido eleito e empossado no cargo de direção da entidade sindical, exercendo as funções e respondendo pelas atribuições que lhe são inerentes.

§ 3º - O período de afastamento corresponderá ao do mandato, podendo ser prorrogado no caso de reeleição.

§ 4º - Será causa de cessação automática do afastamento, a perda ou interrupção do exercício do mandato, devendo a entidade comunicar o fato à Secretaria Municipal de Administração no prazo de 5 (cinco) dias.
§ 5º - Durante o período de afastamento concedido ao servidor público:
I - Perceberá o vencimento ou salário e demais vantagens do cargo ou função, excetuando-se os adicionais caracterizados nitidamente como compensatórios em razão das condições mais gravosas de trabalho e



as gratificações:

II – Não poderá ser despedido, exonerado ou dispensado, salvo a pedido por infração disciplinar que de ensejo a caracterização de justa causa, observando o quanto disposto no inciso VII do art. 8o. da Constituição Federal.

§ 6º - O período de afastamento será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

§ 7º - A Secretaria Municipal de Administração manterá o registro cadastral dos afastamentos concedidos na forma desta lei, com referência a entidade e a cada servidor público."

Art. 2º - Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, 20 DE MARÇO DE 2019.

RODRIGO DE LIMA
PRESIDENTE

ISMAEL MARTINS PEREIRA
1o. SECRETÁRIO

JAIR MARMELO CARDOSO DE OLIVEIRA
2o. SECRETÁRIO

Publicada na Secretaria Administrativa da Câmara e afixado no local de costume na data supra.

Marcos Pires de Camargo
Secretário Administrativo



Ultrapassamos
13.000
Seguidores!



**NUNCA DIRIJA
SOB EFEITO DE
ÁLCOOL OU DROGAS**

**SEJA VOCÊ A
MUDANÇA NO
TRÂNSITO.**



Prefeitura da Estância Turística de
IBIÚNA
TRANSFORMANDO A SITUAÇÃO E CUIDANDO DE PESSOAS





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Mauricio Barbosa Tavares Elias, 314 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241 - 1266
www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

CERTIDÃO:

Certifico que a Emenda nº. 25 à Lei Orgânica do Município de Ibiúna, de 20 de março de 2019, foi publicada no jornal "Diário Oficial Eletrônico da Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna", edição nº. 702 – ano XVII, de 29 de março de 2019, páginas 37 e 38 juntada a publicação a Proposta Emenda a Lei Orgânica nº. 01/2018 na presente data. Ibiúna, 01 de abril de 2019.

AMAUURI GABRIEL VIEIRA
SECRETÁRIO DO PROCESSO LEGISLATIVO